



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

# Anais

## III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte  
24 a 28 de maio de 2004

---

Realização:



## **Mesa “Direitos Humanos e Cidadania”**

**Coordenação: Rosara Oliveira Maneira**

UNI BH

Bom dia a todos, é um prazer estar aqui na PUC porque como foi dito pela Rosa, aqui me graduei, tenho grandes amigos, lecionei durante quase seis anos Teoria Geral do Estado e continuo aqui porque quando se conhece a PUC é impossível deixá-la. Falar de direito e cidadania me é também muito caro, como professora de Teoria Geral do Estado, principalmente após a magnífica palestra do professor Dalmo do Abreu Dallari.

### ***Após as palestras***

Agradecemos ao professor Ricardo Tadeu, ao professor Carlos Alberto Rocha, duas brilhantes exposições.

Eu gostaria só de observar ao professor Carlos Alberto Rocha, que, como professora de Teoria Geral do Estado, somos siameses no sentido do conhecimento porque a ciência política, por estudar a fenomenologia do poder, está muito presente na disciplina do Direito e da Teoria Geral. O professor Carlos Alberto observou, num determinado momento, que o Direito esqueceu-se, deixou de lado a ciência política, a historicidade. Por isso nós nos tornamos tão legalistas, por isso o positivismo, o cientificismo da ciência e do direito, tudo isso fechado nesse grande teórico que sabemos ser o Kelsen, mas, de alguma forma, nós nos agarramos de tal forma à segurança jurídica que nos fechamos à vida e aos movimentos da vida, para lembrar aquilo que o professor Dalmo Dalari falou: o direito é muito mais do que a lei.

A lei é fruto do exercício da amplitude das nossas vivências, enquanto vivências em sociedade. Observei aqui os paradigmas do Estado liberal, do bem - estar social e o Estado democrático de direito. E lembrei aqui, professor Carlos Alberto Rocha, realmente a Revolução Francesa é um marco entre nós porque é um paradigma onde rompemos com o poder absolutista, com o poder da força pela força para adentrarmos um Estado

constitucional chamado Estado de direito, onde reconhecemos que o poder vem da soberania popular, como disse o professor Dalmo Dallari, todo poder emana do povo e em nome do povo será exercido. Nosso problema, talvez, é que ainda não tenhamos a exata consciência, ainda não sabemos nos situar exatamente com relação a essa construção político-jurídica em nossa historicidade, que talvez tenhamos que resgatar para nos sentirmos realmente partícipes, numa relação de pertença.

Discordo do professor Dalmo Dallari com relação à questão das cotas dos negros, e temos um Estado ideal e um Estado real. Estudamos o Estado ideal para construirmos o que gostaríamos de ter. Nós somos um Estado e gostaríamos de ter um estado muito melhor, mas as cotas dos negros, penso eu, é sem dúvida uma ação afirmativa necessária, no mínimo, para uma reflexão menos hipócrita, mais honesta, de uma sociedade que se diz inclusiva formalmente e substancialmente não apresenta as ferramentas operacionais necessárias, para que isso se dê no dia-a-dia de um cotidiano muito simples. Portanto, acredito que estamos num processo, sim. E temos que tirar a poeira debaixo do tapete.

Pergunto aos meus alunos em sala de aula, há muitos anos, quando discutimos a questão da democracia e da inclusão: “onde estão os meus alunos negros?”, porque eu continuo esperando por eles, eles ainda não chegaram à minha sala de aula. E continuo aguardando. Porque nós é que temos que transformar isso, é a sociedade, é a base da sociedade. Costumo dizer que nossa sementinha, nosso enraizamento é a idéia de nós, enquanto indivíduos gregários, nós é que constituímos e formamos esse Estado que o professor Ricardo Tadeu aqui referiu.

Esse Estado somos nós. Ele não sai do nada. Ele sai a partir do momento em que não queremos fazer justiça com as próprias mãos, em que não queremos ser um grupo de barbárie, aí infelizmente estamos assistindo coisas como o Iraque, um verdadeiro genocídio, não é, professor Carlos Alberto Rocha? E percebemos aí, professor Ricardo Tadeu, como é que a história é dialética mesmo. Porque se formos à Grécia antiga, onde aprendemos o conceito de cidadania, como um conceito de participação na formação da vontade política que se dava na *agora*, e daí vamos processar todo um conhecimento do que seria a democracia participativa a partir da história, ampliando esses espaços para chegarmos hoje e estar discutindo uma sociedade inclusiva, a partir de um paradigma de

Estado democrático de direito que diz que não é mais a vontade da maioria que vai definir o que é democracia. Mas é a nossa capacidade de percebermos e ampliar as nossas relações em sociedade, de forma fraterna, para que nós todos possamos trocar, aí em espaços de direitos políticos, as nossas vontades, os nossos desejos, os nossos direitos e cumprirmos os nossos deveres.

Essa é que a idéia, o terceiro momento da Revolução Francesa, vejam bem, liberdade, igualdade e fraternidade. Liberdade, no Estado liberal; igualdade, no Estado de bem - estar social, que foi bem colocado aqui pelos colegas; e o terceiro momento da Revolução Francesa que é a fraternidade... agora o direito contempla o princípio que se chama princípio da solidariedade. Agora passamos a compreender o que são direitos difusos na sociedade. Que é o que o professor Ricardo Tadeu colocou, direitos indeterminados... o meio ambiente é um problema meu, seu, do europeu, do asiático, do americano, é um problema do mundo.

Então, na realidade, começamos a entender a nossa relação de pertença, desde o momento daquela semente, menor, onde nos localizamos e nos situamos, que é o indivíduo lançado numa família, é o indivíduo lançado numa comunidade que, por sinal, se localiza nesta cidade, até você fechar esse sistema institucionalmente, se entendendo um nacional, que pertence a um determinado estado e que se relaciona internacionalmente, com soberania e autodeterminação. Então isso nos diz respeito. Nunca se falou tanto em poder local, em regiões metropolitanas, em cidades, em gestão das cidades.

O professor Edézio Fernandes, do Direito, com um trabalho belíssimo que ele desenvolveu na Inglaterra, trouxe aqui para nós, nos nossos foros de estudos aqui na PUC; ele tem falado muito a respeito dessa questão, da importância da unidade para a questão global. Quer dizer, temos que atrelar esses dois fios para criar soluções bonitas para a vida. Olha, professor Carlos Alberto Rocha, nesse sentido, eu entendo que já estamos reagindo, o professor Ricardo Tadeu falou que a reação é surda e organizada. Eu acho, professor Ricardo Tadeu, falando baixinho, discordando com muito respeito em relação a esse trabalho bonito que o senhor nos apresentou, que a reação é explícita, é clara, está no olhar desses excluídos que estão no meio da rua, está no olhar dessas minorias que não se reconhecem numa constituição bonita, que é chamada Constituição

Cidadã no Brasil desde 88, que fala em função social da propriedade, que fala em direitos difusos e coletivos, que fala em direitos sociais de emprego, trabalho, lazer e moradia, e a nossa sociedade continua à margem de todas essas questões formalmente tão bem construídas.

Mas o problema está na ação e aqui, só para encerrar, falando sobre ação, a Lya Luft – para não citar filósofos tradicionais vou citar uma mulher, é o Ano Internacional da Mulher, nós já fomos muito lembradas aqui hoje com relação às questões das exclusões – a Lya Luft, falou três semanas atrás, numa reportagem, que a vida é um processo de quebrar permanentemente rochas, pedras e obstáculos outros. E que desse material podemos fazer prisões, cadeias ou podemos nos libertar, podemos criar castelos bonitos de vida, de valores, e aí gostaríamos de ver um Estado amarrado a valores, não a valores econômicos, mas aos valores fundamentais que propiciam e viabilizam a vida dos homens em sociedade, desde o elevador da minha universidade, que tem que estar pronto pra levar a minha aluna ao segundo andar porque ela precisa desse elevador para entrar com sua cadeira de rodas, desde a rampa que precisa acolher as pessoas que andam de muletas, porque elas precisam dessas rampas para acessar os locais onde vão interagir e conviver com os outros.

Nós não podemos realmente jogar o homem no lixo. Penso em nossos entes queridos que são grandes exemplo disso, do que a sociedade vem conclamando todos nós a nos abrimos, a nos permearmos como seres humanos para construir algo melhor. Se você tem um ente querido doente, você vai deixá-lo à margem? Você vai abandoná-lo? Você não vai cuidar dele? Você vai velar por ele e, como disse o professor Ricardo Tadeu, abraçá-lo, incluí-lo, inseri-lo e protegê-lo.

Então, enquanto humanidade, enquanto homens, direitos humanos, sabemos que não partimos todos do mesmo lugar, que não existe essa igualdade formal que se pregou tanto no Estado de bem - estar social, sabemos que as diferenças são diferenças, o que ainda não descobrimos é como quebrar as pedras das cadeias dos preconceitos para nos libertarmos verdadeiramente e construirmos o que há de melhor dentro de cada um, um Estado para o homem, um Estado que sirva ao homem e que não deixe o homem subjugado a ele para servi-lo, como se esse homem não fosse o verdadeiro titular da sua construção final de base.

Então, agradeço mais uma vez à PUC Minas essa oportunidade, à professora Laíse Machado da Silveira, coordenadora dos trabalhos da Pastoral da Formação Humana na Igreja Nossa Senhora do Carmo, com quem trabalho, e posso atestar aos senhores que ali, sim, encontramos também uma sementinha, um foco de ações afirmativas inclusivas na prática, no dia – a - dia, com crianças da favela do Morro do Papagaio, alfabetização de adultos, e tantos outros trabalhos bonitos que temos tido a oportunidade de compartilhar com mais 1.100 voluntários. E agradeço aos professores participantes.